



TERMO DE REFERENCIA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1703-002/25

1. DADOS DA SECRETARIA DEMANDANTE

Órgão: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CNPJ: 28.685.809/0001-13

Endereço: Av. Barão de Capanema nº 847, Centro

CEP: 68702-290

Cidade: Capanema/PA

E-mail: semed@capanema.pa.gov.br

2. DA UNIDADE REQUISITANTE, OBJETO E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. O MUNICÍPIO DE CAPANEMA/PA, através da Secretaria Municipal de Educação, pretende, em conformidade com o Art. 208, inciso VII da Constituição Federal; com a Lei Federal nº 14.133 de 01/04/2021; Lei Federal nº 10.880 de 09/06/2004; Resolução de nº 14 de 08/04/2009-FNDE/MEC e com a Lei Federal nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) no seu Art. 4º, inciso VIII, e respectivas alterações, a **REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, PARA ATENDER A REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO, GARANTINDO O DESLOCAMENTO ATÉ AS UNIDADES ESCOLARES LOCALIZADAS NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA/PA, VISANDO ASSEGURAR O INÍCIO DO ANO LETIVO DE 2025**, cujas especificações e quantitativos encontram-se detalhados neste Termo de Referência.

2.2. A contratação do referido objeto será realizada observando critério de **MENOR PREÇO**, considerando o fornecimento do produto/serviço, de forma parcelada a Unidade Requirante.

2.3. A detalhamento do objeto está especificada conforme tabela referência, componente deste Termo, cujo quantitativo atende às necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

3. DETALHAMENTO DO OBJETO

3.1. O objeto do presente termo de referência é a **REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, PARA ATENDER A REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO, GARANTINDO O DESLOCAMENTO ATÉ AS UNIDADES ESCOLARES LOCALIZADAS NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA/PA, VISANDO ASSEGURAR O INÍCIO DO ANO LETIVO DE 2025**, cujas especificações gerais, descrição dos itens e quantitativos encontram-se dispostos na tabela abaixo.

| Item | Nome | Quantidade | Unidade | Preço Estimado | Total |
|------|---|------------|-------------|----------------|----------------|
| 1 | 9ª TRAVESSA / CAPANEMA PA 124, COM RETORNO. | 12100 | Quilômetros | R\$ 15,24 | R\$ 184.404,00 |
| 2 | 9ª TRAVESSA / CAPANEMA PA 124, COM RETORNO. | 12100 | Quilômetros | R\$ 15,24 | R\$ 184.404,00 |
| 3 | 8ª TRAVESSA RAMAL DE SALINAS / CAPANEMA, COM RETORNO. | 11440 | Quilômetros | R\$ 15,24 | R\$ 174.345,60 |
| 4 | 5ª TRAVESSA / UCUUBA / CAPANEMA, COM RETORNO | 15400 | Quilômetros | R\$ 15,24 | R\$ 234.696,00 |
| 5 | 5ª TRAVESSA / UCUUBA / CAPANEMA, COM RETORNO | 12320 | Quilômetros | R\$ 15,24 | R\$ 187.756,80 |
| 6 | MATA SEDE/CAPANEMA, COM RETORNO | 12760 | Quilômetros | R\$ 15,24 | R\$ 194.462,40 |
| 7 | MATA SEDE/CAPANEMA, COM RETORNO | 12760 | Quilômetros | R\$ 15,24 | R\$ 194.462,40 |
| 8 | JABURU / CAPANEMA PA 124, COM RETORNO. | 12100 | Quilômetros | R\$ 15,24 | R\$ 184.404,00 |



| | | | | | |
|----|---|-------|-------------|-------------------------|----------------|
| 9 | CALIFÓRNIA / CAPANEMA PA 124, COM RETORNO. | 9680 | Quilômetros | R\$ 15,24 | R\$ 147.523,20 |
| 10 | CALIFÓRNIA / 7ª TRAVESSA / CAPANEMA, COM RETORNO. | 12100 | Quilômetros | R\$ 15,24 | R\$ 184.404,00 |
| 11 | SÃO JOÃO DOS CACOS / UCUUBA / CAPANEMA, COM RETORNO. | 13640 | Quilômetros | R\$ 15,24 | R\$ 207.873,60 |
| 12 | CURRAL VELHO / IGARAPÉ APARA / MIRASSELVAS, COM RETORNO. | 13640 | Quilômetros | R\$ 15,24 | R\$ 207.873,60 |
| 13 | CURRAL VELHO / IGARAPÉ APARA / MIRASSELVAS, COM RETORNO. | 13640 | Quilômetros | R\$ 15,24 | R\$ 207.873,60 |
| 14 | KM 14, RAMAL DO KM 11 / ESTRADA DE BRAGANÇA / CAPANEMA BR 308, COM RETORNO. | 6600 | Quilômetros | R\$ 15,24 | R\$ 100.584,00 |
| 15 | KM 14 RAMAL DO KM 11 / ESTRADA DE BRAGANÇA ATÉ KM 11, COM RETORNO | 6600 | Quilômetros | R\$ 15,24 | R\$ 100.584,00 |
| 16 | KM 14 / ESTRADA DE BRAGANÇA / CAPANEMA BR 308, COM RETORNO. | 6600 | Quilômetros | R\$ 15,24 | R\$ 100.584,00 |
| 17 | BR 316 CAETÉ / CAPANEMA, COM RETORNO. | 12100 | Quilômetros | R\$ 15,24 | R\$ 184.404,00 |
| 18 | BR 316 CAETÉ / CAPANEMA, COM RETORNO. | 12100 | Quilômetros | R\$ 15,24 | R\$ 184.404,00 |
| 19 | BR 316 ANANITEUA / CAPANEMA, COM RETORNO. | 9900 | Quilômetros | R\$ 15,24 | R\$ 150.876,00 |
| 20 | BR 316 ANANITEUA / CAPANEMA, COM RETORNO. | 13200 | Quilômetros | R\$ 15,24 | R\$ 201.168,00 |
| 21 | COMUNIDADE MENINO JESUS / CAPANEMA, COM RETORNO. | 7700 | Quilômetros | R\$ 15,24 | R\$ 117.348,00 |
| 22 | COMUNIDADE MENINO JESUS / TAUARI, COM RETORNO. | 7700 | Quilômetros | R\$ 15,24 | R\$ 117.348,00 |
| 23 | JACAREQUARA / TAUARI, COM RETORNO. | 5500 | Quilômetros | R\$ 15,24 | R\$ 83.820,00 |
| 24 | JACAREQUARA / TAUARI, COM RETORNO. | 9900 | Quilômetros | R\$ 15,24 | R\$ 150.876,00 |
| 25 | JACAREQUARA / TAUARI, COM RETORNO. | 9900 | Quilômetros | R\$ 15,24 | R\$ 150.876,00 |
| 26 | SEGREDINHO / TAUARI, COM RETORNO. | 7700 | Quilômetros | R\$ 15,24 | R\$ 117.348,00 |
| 27 | SEGREDINHO / TAUARI, COM RETORNO. | 4400 | Quilômetros | R\$ 15,24 | R\$ 67.056,00 |
| 28 | SANTA ROSA / ARCO VERDE / CAPANEMA, COM RETORNO. | 4400 | Quilômetros | R\$ 15,24 | R\$ 67.056,00 |
| 29 | TRAVESSÃO DO L / CAPANEMA, COM RETORNO. | 10340 | Quilômetros | R\$ 15,24 | R\$ 157.581,60 |
| 30 | MALACACHETA / CAPANEMA, COM RETORNO. | 10340 | Quilômetros | R\$ 15,24 | R\$ 157.581,60 |
| 31 | BRAÇO GRANDE / MALACACHETA / TAUARI, COM RETORNO. | 7700 | Quilômetros | R\$ 15,24 | R\$ 117.348,00 |
| 32 | SANTA CRUZ / VILA SORRISO / RIO COBRAS / MIRASSELVAS, COM RETORNO. | 7040 | Quilômetros | R\$ 15,24 | R\$ 107.289,60 |
| 33 | SANTA CRUZ / VILA SORRISO / RIO COBRAS / MIRASSELVAS, COM RETORNO. | 7040 | Quilômetros | R\$ 15,24 | R\$ 107.289,60 |
| 34 | SANTA CRUZ / VILA SORRISO / RIO COBRAS / MIRASSELVAS, COM RETORNO. | 7040 | Quilômetros | R\$ 15,24 | R\$ 107.289,60 |
| 35 | SAMAMBAIA / RIO DAS COBRAS / BOA ESPERANÇA / MIRASSELVAS, COM RETORNO, COM RETORNO. | 9900 | Quilômetros | R\$ 15,24 | R\$ 150.876,00 |
| 36 | SAMAMBAIA / RIO DAS COBRAS / BOA ESPERANÇA / MIRASSELVAS, COM RETORNO, COM RETORNO. | 9900 | Quilômetros | R\$ 15,24 | R\$ 150.876,00 |
| 37 | SAMAMBAIA / RIO DAS COBRAS / BOA ESPERANÇA / MIRASSELVAS, COM RETORNO, COM RETORNO. | 8800 | Quilômetros | R\$ 15,24 | R\$ 134.112,00 |
| 38 | VILA DOS NEVES / MIRASSELVAS, COM RETORNO | 6820 | Quilômetros | R\$ 15,24 | R\$ 103.936,80 |
| 39 | VILA DOS NEVES / MIRASSELVAS, COM RETORNO | 6820 | Quilômetros | R\$ 15,24 | R\$ 103.936,80 |
| 40 | LIXÃO / CAPANEMA, COM RETORNO. | 5720 | Quilômetros | R\$ 13,79 | R\$ 78.878,80 |
| 41 | RAMAL DO RUFINO / CAPANEMA, COM RETORNO. | 6820 | Quilômetros | R\$ 13,79 | R\$ 94.047,80 |
| 42 | PARADA BEZERRA / CINQUENTINHA / CAPANEMA, COM RETORNO. | 5060 | Quilômetros | R\$ 13,79 | R\$ 69.777,40 |
| 43 | 10ª TRAVESSA / MATA SEDE, COM RETORNO. | 5060 | Quilômetros | R\$ 13,79 | R\$ 69.777,40 |
| 44 | VILA DO AÇAITEUA / IGARAPÉ APARA | 6600 | Quilômetros | R\$ 13,79 | R\$ 91.014,00 |
| 45 | VILA DO AÇAITEUA / IGARAPÉ APARA | 6600 | Quilômetros | R\$ 13,79 | R\$ 91.014,00 |
| | | | | R\$ 6.281.442,20 | |

| ITEM | ROTA | ESCOLAS | TURNO | DIA |
|------|---|--|-------|-----|
| 1 | 9ª Travessa / Jaburu e 10ª Travessa / Capanema PA 124, com retorno. | Joao Santos / Maria Amelia e Padre Sales | Manhã | 22 |
| 2 | 9ª Travessa / Jaburu e 10ª Travessa / Capanema PA 124, com retorno. | Jorge Travasso / Joao Santos e EOB | Noite | 22 |
| 3 | 8ª Travessa ramal de Salinas / Mata Sede / Capanema, com retorno. | Joao Santos / Maria Amelia e Padre Sales | Manhã | 22 |
| 4 | Califórnia / 7ª Travessa / Capanema, com retorno. | Joao Santos / Maria Amelia e EOB | Manhã | 22 |
| 5 | 7ª Travessa / 8ª Travessa / Capanema, com retorno | Joao Santos / Maria Amelia / EOB e Padre Sales | Manhã | 22 |
| 6 | 7ª Travessa / Califórnia / São Joao dos Cacos e Braço Grande, com retorno | Raimunda Martins Queiroz / Antonio Pereira Lima e Maria de Oliveira Carvalho | Manhã | 22 |
| 7 | Califórnia / São Joao dos Cacos, com retorno para 7ª Travessa | Raimunda Martins Queiroz / Antonio Pereira Lima e Maria de Oliveira Carvalho | Tarde | 22 |
| 8 | Lixão / 5ª Travessa / Ucuuba / Capanema, com retorno | Jorge Travasso / Joao Santos / Maria Natividade e EOB | Manhã | 22 |
| 9 | Mata sede/Capanema, com retorno | Jorge Travasso / Joao Santos e EOB | Noite | 22 |
| 10 | São João dos Cacos / Ucuuba / Capanema, com retorno. | Maria Amelia / Dom Joao VI / EOB / Conduru / CAIC e Joao Santos | Manhã | 22 |
| 11 | Curral Velho / Igarapé Apara / Mirasselas, com retorno. | Cesar Pinheiro e Avelina Rodrigues | Manhã | 22 |
| 12 | Curral Velho / Igarapé Apara / Mirasselas, com retorno. | Cesar Pinheiro | Tarde | 22 |
| 13 | Curral Velho / Igarapé Apara / Mirasselas, com retorno. | Cesar Pinheiro | Noite | 22 |
| 14 | Samambaia / Rio das Cobras / Boa Esperança / Mirasselas, com retorno. | Cesar Pinheiro e Avelina Rodrigues | Manhã | 22 |



| | | | | |
|----|--|---|-------|----|
| 15 | Samambaia / Rio das Cobras / Boa Esperança / Mirasselas, com retorno. | Cesar Pinheiro e Avelina Rodrigues | Tarde | 22 |
| 16 | Samambaia / Rio das Cobras / Boa Esperança / Mirasselas, com retorno, com retorno. | Cesar Pinheiro | Noite | 22 |
| 17 | Km 14, Ramal do Km 11 / Estrada de Bragança / Capanema BR 308, com retorno. | Padre Sales / Dom Joao VI e Maria Amelia | Manhã | 22 |
| 18 | Km 14 / Estrada de Bragança / Capanema BR 308, com retorno. | Padre Sales / Dom Joao VI e Maria Amelia | Noite | 22 |
| 19 | BR 316 Caete / Capanema, com retorno. | km 02 / Padre Sales / Dom Joao VI / Maria Amelia / EOB | Manhã | 22 |
| 20 | BR 316 Ananiteua / Capanema, com retorno. | Km 02 / Padre Sales / Dom Joao VI / Maria Amelia / EOB | Manhã | 22 |
| 21 | Comunidade Menino Jesus / Capanema, com retorno. | Padre Sales / Dom Joao VI e Maria Amelia | Manhã | 22 |
| 22 | Comunidade Menino Jesus / Capanema, com retorno. | Padre Sales / Dom Joao VI e Maria Amelia | Noite | 22 |
| 23 | Comunidade Menino Jesus / Tauari, com retorno. | Apolonia Pinheiro | Tarde | 22 |
| 24 | Jacarequara / Tauari / Igarape Apra, com retorno. | Apolonia Pinheiro / Jose Lucindo Moreira e Matilde Ferreira | Manhã | 22 |
| 25 | Jacarequara / Tauari / Igarape Apra, com retorno. | Apolonia Pinheiro / Jose Lucindo Moreira e Matilde Ferreira | Tarde | 22 |
| 26 | Jacarequara / Tauari, com retorno. | Apolonia Pinheiro / Jose Lucindo Moreira | Noite | 22 |
| 27 | Segredinho / Tauari, com retorno. | Apolonia Pinheiro | Tarde | 22 |
| 28 | Segredinho / Tauari, com retorno. | Apolonia Pinheiro | Noite | 22 |
| 29 | Braço Grande / Malacacheta / Tauari / Igarape Apra, com retorno. | Apolonia Pinheiro / Jose Lucindo Moreira e Matilde Ferreira | Manhã | 22 |
| 30 | Braço Grande / Malacacheta / Tauari / Igarape Apra, com retorno. | Apolonia Pinheiro / Jose Lucindo Moreira e Matilde Ferreira | Tarde | 22 |
| 31 | Santa Rosa / Arco Verde / Capanema, com retorno. | Maria Amelia / Dom Joao VI / EOB / CAIC / Joao Santos e Padre Sales | Manhã | 22 |
| 32 | Santa Cruz / Vila Sorriso / Rio Cobras / Mirasselas, com retorno. | Cesar Pinheiro | Manhã | 22 |
| 33 | Santa Cruz / Vila Sorriso / Rio Cobras / Mirasselas, com retorno. | Cesar Pinheiro | Tarde | 22 |
| 34 | Santa Cruz / Vila Sorriso / Rio Cobras / Mirasselas, com retorno. | Cesar Pinheiro | Noite | 22 |
| 35 | Travessão do L / Capanema, com retorno. | Maria Amelia / Padre Sales e Inacio Ferreira | Manhã | 22 |
| 36 | Travessão do L / Capanema, com retorno. | Maria Amelia / Padre Sales e Inacio Ferreira | Tarde | 22 |
| 37 | Malacacheta / Capanema, com retorno. | Maria Amelia / Dom Joao VI / EOB / CAIC / Joao Santos e Padre Sales | Manhã | 22 |
| 38 | Vila dos Neves / Mirasselas, com retorno | Cesar Pinheiro | Manhã | 22 |
| 39 | Vila dos Neves / Mirasselas, com retorno | Cesar Pinheiro | Tarde | 22 |
| 40 | Ramal do Rufino / Capanema, com retorno. | Joao Santos | Tarde | 22 |
| 41 | Parada Bezerra / Cinquentinha / Capanema, com retorno. | Dom Joao VI / Padre Sales e Risoneide | Manhã | 22 |
| 42 | 10ª Travessa / Mata Sede / Capanema, com retorno. | Joao Santos / Maria Amelia e Padre Sales | Manhã | 22 |
| 43 | 10ª Travessa / Mata Sede / Capanema, com retorno. | Jorge Travasso / Joao Santos e EOB | Noite | 22 |
| 44 | Vila do Açaitua / Cupu / Vila Nova / Igarapé Apra, com retorno. | Matilde Farias | Manhã | 22 |
| 45 | Vila do Açaitua / Cupu / Vila Nova / Igarapé Apra, com retorno. | Matilde Farias | Tarde | 22 |

3.2. Os produtos/serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns.

3.3. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

4. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.1. A realização de processo licitatório para locação de veículos para transporte escolar para alunos da rede pública estadual e municipal permitirá a Prefeitura Municipal de Capanema contratar os instrumentos necessários para realizar serviços obrigatórios do transporte escolar para o ano letivo de 2025.

4.2. A opção pela locação dos veículos deu-se pela vantagem trazida a municipalidade de dispor dos veículos sem o custo e encargos de sua manutenção, diante do elevado valor dos veículos, as condições físicas e locais de suas operações que ocasiona uma rápida depreciação dos bens, a necessidade de capacitação dos condutores, entre outros fatores. Na locação sempre se terá veículos capazes de atender as necessidades da contratante, sem descontinuidade com paradas para manutenção, ausência de condutores, quebra de equipamentos, roubos/furtos, cabendo a contratada manter a constância dos serviços com disponibilidade dos veículos para circularem nas rotas.

4.3. A Prefeitura Municipal de Capanema, por meio da contratação dos serviços de locação de veículos para transporte escolar, visa garantir a continuidade e o cumprimento das suas responsabilidades com o transporte escolar dos alunos da rede pública estadual e municipal para o ano letivo de 2025. O transporte escolar é um serviço essencial para a inclusão educacional, e a licitação é necessária para assegurar que os serviços sejam realizados de maneira eficiente e dentro da legalidade.



- 4.4.** Considerando a eventual necessidade de atender alunos Portadores de Necessidades Especiais - PNE (cadeirantes), a ser previamente informado, a empresa CONTRATADA deverá disponibilizar veículo com plataforma, na rota que couber.
- 4.5.** A adaptação dos veículos aos Portadores de Necessidades Especiais (PNE) é uma exigência prevista no Decreto n. 5.296 de 2004. A adaptação do Transporte Escolar Rural remete ao disposto no art. 206, I da Constituição Federal e art. 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069 de 1990). Toda essa legislação garante acesso e igualdade aos estudantes às instituições de ensino.
- 4.6.** Considerando a grande extensão territorial do município de Capanema e a dificuldade de acesso de muitos alunos às unidades escolares, especialmente nas zonas rurais, o transporte escolar se torna um serviço essencial para a viabilização da educação no município. Muitas famílias, devido à localização remota de suas residências, não dispõem de condições para fornecer transporte próprio aos seus filhos, o que justifica a necessidade de um serviço especializado
- 4.7.** Conforme preconiza o Art. 6º da Constituição Federal, que diz: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma da supramencionada constituição”. Neste sentido, o poder público não poderá se eximir de prestar o serviço público na área de educação por ser um princípio constitucional expresso, logo deverá ser obedecido por todas as normas do estado e municípios.
- 4.8.** O transporte escolar é fundamental para facilitar o acesso e permanência dos estudantes nas escolas, especialmente aqueles residentes nas áreas rurais. Por isso, todas as ações que visam à melhoria das condições do serviço ofertado, são relevantes para o aprendizado dos alunos que dele fazem uso, contribuindo dessa forma para o desenvolvimento da educação.
- 4.9.** Na LEI nº 10.880/04, Art. 2º Fica instituído o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE, no âmbito do MEC, a ser executado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, com o objetivo de oferecer transporte escolar aos alunos da educação básica pública, residentes em área rural, por meio de assistência financeira, em caráter suplementar, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, observadas as disposições desta Lei (redação dada pela Lei nº 11.947, de 2009).
- 4.10.** NA RESOLUÇÃO FNDE nº 12/11, Art. 2º O PNATE consiste na transferência, em caráter suplementar, aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios, de recursos financeiros destinados a custear a oferta de transporte escolar aos alunos da educação básica pública, residentes em área rural, com o objetivo de garantir o acesso à educação;
- 4.11.** Em resumo, a necessidade da contratação de locação de veículos para o transporte escolar é justificada pela busca por eficiência, redução de custos, garantia de continuidade do serviço, e cumprimento das obrigações legais para com os alunos da rede pública de ensino, além de estar plenamente alinhada com o processo licitatório previsto.
- 4.12.** O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual 2025.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 5.1.** A execução do objeto deverá ser realizada de forma fracionada por cada um dos dias letivos do calendário escolar, a contar da data de assinatura do contrato;
- 5.2.** Os locais de realização do serviço e horário de expediente serão indicados aos vencedores do certame pelo órgão solicitante, considerando os mapas previstos no termo de referência, bem como em edital;
- 5.3.** As rotas são definidas conforme necessidade da Administração. Os itinerários e os horários pré-determinados poderão ser alterados de comum acordo com a Contratada e sempre que for necessário, em decorrência de obras e/ou impedimentos temporários e/ou mudanças no sentido de tráfego e/ou inclusão de alunos;

a. DA FORMA DE SOLICITAÇÃO DOS SERVIÇOS/ITENS:



O serviço ocorrerá de forma parcelada, conforme a necessidade das unidades escolares, a fim de que não haja prejuízo ao acesso do estudante ao ensino.

b. DO PRAZO PARA A REALIZAÇÃO:

A execução deverá ocorrer durante pelo menos 220 (duzentos) dias letivos no ano de 2025, conforme calendário escolar aprovado.

c. DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO:

A execução do serviço será realizada nas zonas urbanas e rural do município, de acordo com os mapas e sob orientação e fiscalização da Secretaria Municipal de Educação por intermédio do Departamento de Transporte Escolar.

d. DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO:

O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período de acordo com a legislação vigente.

5.4. A Contratada, os veículos e os condutores deverão obedecer integralmente às disposições do Código de Trânsito Brasileiro, DETRAN, e suas alterações, e das Resoluções do CETRAN, CONTRAN e CONATRAN e demais normas vigentes.

5.5. No momento da licitação a contratada deverá apresentar declaração de que conhece as condições locais para execução do objeto, ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante. A licitante deve ter atenção quanto à localização da rota em virtude de estarem localizadas principalmente em zona rural, com estradas não pavimentadas (de chão).

5.6. Em relação à qualificação técnica a ser atendida pelo licitante, será exigido o atestado de capacidade técnica (experiência) com escolar ou similar.

5.7. Em relação aos veículos, não será admitido na execução do contrato, e em hipótese alguma na licitação, a apresentação de qualquer outro tipo de veículo que não seja o solicitado pela Administração, tendo em vista experiências anteriores de veículos que não conseguiram trafegar nas estradas em períodos de chuva intensa.

5.8. Poderá ser solicitado à contratada durante a execução do contrato, apresentação de pelo menos um veículo reserva nas mesmas características do Termo de Referência.

5.9. A licitante deverá comprovar que dispõe do veículo que será utilizado inicialmente no momento da licitação tendo em vista o curto prazo entre a homologação do resultado e a assinatura do contrato, devendo apresentar na licitação os documentos solicitados em relação à empresa e ao veículo, o veículo poderá ser próprio, alugado ou alienado.

5.10. Em relação à capacidade de passageiros exige-se que os veículos sejam: Kombi, Vans, Micro-ônibus ou Ônibus e tenham a capacidade mínima para atender aos alunos da rota licitada.

5.11. Relação dos documentos a serem apresentados na licitação, em relação ao veículo que será utilizado e no decorrer da execução do contrato, sempre que solicitado pela Administração, referente à empresa e aos veículos:



- a) Termo de Autorização (vistoria) do DETRAN/PR do veículo;
- b) CRVL do veículo que será utilizado na execução do serviço, que comprove os requisitos em relação às suas características em relação à capacidade de passageiros solicitada;
- c) Seguro de responsabilidade civil de terceiros, com cobertura para danos corporais e/ou materiais causados a passageiros, responsabilidade civil para danos morais a passageiros e acidente com os tripulantes, etc., com apólices quitadas ou renovadas durante a vigência do contrato e suas prorrogações. Fica certo que, na hipótese de não ser efetuado qualquer seguro ou serem insuficientes os seguros contratados, a empresa contratada arcará com todos os ônus decorrentes de eventuais sinistros, como se segurada fosse. O seguro de passageiro, caso haja sinistro, deve contemplar as seguintes situações e valores:

- ✓ Danos corporais e/ou materiais causados a passageiros;
- ✓ Responsabilidade civil para danos morais a passageiros;
- ✓ Acidente com os tripulantes;

5.12. No Código de Trânsito Brasileiro, Cap. XIII - DA CONDUÇÃO DE ESCOLARES, o art. 136 estabelece que os veículos especialmente destinados à condução coletiva de escolares somente poderão circular nas vias com autorização emitida pelo órgão ou entidade executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, exigindo-se, para tanto que, em relação à apresentação, os veículos devem possuir:

- a) Inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança;
- b) Cintos de segurança em boas condições e para todos os alunos, de acordo com a legislação;
- c) Equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade de tempo (cronotacógrafo);
- d) Apresentação diferenciada, pintura de faixa horizontal na cor amarela, com quarenta centímetros de largura, à meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseira da carroçaria, com o dístico ESCOLAR, em preto, sendo que, em caso de veículo de carroçaria pintada na cor amarela, as cores aqui indicadas devem ser invertidas, conforme legislação;
- e) Lanternas de luz branca, fosca ou amarela, dispostas nas extremidades da parte superior dianteira, e de luz vermelha nas extremidades da parte superior traseira;
- f) Extintor de incêndio do tipo ABC ou outro regulamentado pelo Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN;
- g) Limitadores de abertura dos vidros corrediços de no máximo dez centímetros;
- h) Dispositivos próprios para a quebra ou remoção de vidros em caso de acidente;
- i) Utilização obrigatória de equipamento do tipo câmera-monitor ou outro dispositivo equivalente, a ser instalado nos veículos destinados ao transporte coletivo de escolares;
- j) Recomendam-se dispositivos de monitoramento que permitam a observação das atividades no interior do veículo e da via em que o veículo estiver sendo conduzido, conforme legislação;
- k) Pneus em boas condições de uso (dentro dos padrões estabelecidos por lei);
- l) Portas e janelas em perfeito estado de funcionamento, e,
- m) Demais equipamentos obrigatórios, comuns aos veículos da mesma espécie, previstos no Código de Trânsito Brasileiro e normatizações do CONTRAN, do DENATRAN e do DETRAN/PR

Os veículos devem ainda:

- a) Ter capacidade de transitar em estradas pavimentadas e não pavimentadas (de chão);
- b) Encontrar-se em perfeito estado de conservação, estar sempre limpo, não ter assentos rasgados, cabendo à fiscalização julgar todas as condições para a prestação dos serviços;
- c) Atender aos limites máximos de ruídos fixados na Resolução CONAMA nº 1, de 11/02/1993 e legislação correlata;



d) Atender aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resolução CONAMA nº 18, de 06/05/1986, e legislação correlata, e,

e) Atender, no que couber, à Resolução CONATRAN nº 402, de 26/04/2012, e suas alterações, em relação às características de acessibilidade.

Em relação aos condutores, a Contratada deverá observar os seguintes requisitos:

1. Ter idade superior a 21 anos;
2. Possuir habilitação para dirigir veículos na categoria D;
3. Ter sido submetido a exame psicotécnico com aprovação especial para o transporte de alunos;
4. Ter se formado em curso de Formação de Condutor de Transporte Escolar;
5. Não ter cometido falta grave ou gravíssima nos últimos 12 meses;
6. Apresentar certidão negativa de antecedentes criminais, renovável a cada 5 anos, conforme exigência prevista no art. 329 do CTB;
7. Estar devidamente identificado, asseado e com aparência adequada, e,
8. Portar meio de comunicação e/ou telefone celular, cujos números deverão ser entregues aos responsáveis pelos alunos bem como ao Gestor/Fiscal do Contratante. Seu uso deverá obedecer ao disposto no art. 252, inciso V, do Código Nacional de Trânsito.

Relação de documentos obrigatórios que deverão ser apresentados na assinatura do contrato em relação aos condutores:

- a) CNH de cada motorista, conforme Termo de Referência;
- b) Carteira de condutor para transporte escolar emitida pelo DETRAN/PR, conforme Termo de Referência, e,
- c) Certificado de participação no curso de Condutor de Transporte Escolar, fornecido pelo DETRAN/PR, de cada condutor. Outros documentos e condições descritos no Termo de Referência, assim como quando ocorrer troca de veículos e/ou condutores, serão solicitados e verificados na assinatura e vigência do Contrato. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas no Termo de Referência.

5.13. A fim de garantir o funcionamento regular e permanente do atendimento da população de Capanema, a empresa deve estar apta a exercer a atividade comercial, e estar de acordo com os critérios previamente estabelecidos pelo contratante/fiscalização, principalmente quanto a:

5.13.1. Sustentabilidade:

- I. Os critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem atender os requisitos dispostos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.
- II. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

5.13.2. Subcontratação

- I. É admitida a subcontratação parcial do objeto.

5.13.3. Garantia da contratação

- a) Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

6. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO



- 6.1.** A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, anexos e proposta, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da execução do objeto e, ainda:
- 6.2.** Deverá executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência, com a alocação dos empregados necessários ao cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os veículos necessários, na qualidade e quantidade especificadas no Termo de Referência e em sua proposta;
- 6.3.** Os serviços serão executados através de veículos tipo Ônibus, microônibus, vans e Kombi, apropriados, em turnos alternados, trafegando em estradas pavimentadas e não pavimentadas, e, estarem em estado de uso e conservação seguindo o que rege a legislação para a prestação do serviço, além de estarem disponíveis para execução imediata após a comunicação formal desta PREFEITURA;
- 6.4.** Os serviços serão executados nos dias letivos, hora e locais que serão estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação através do Departamento de Transporte Escolar deste Município, podendo haver alterações a qualquer hora, desde que haja necessidade e que esteja de comum acordo com o Contratante, sempre que forem necessários em decorrência de obras e/ou impedimentos temporários e/ou mudanças no sentido de tráfego e/ou inclusão de alunos;
- 6.5.** O (A) CONTRATADO (A) deverá seguir as orientações emanadas do Setor responsável pelo Transporte Escolar, no que diz respeito a alterações, ampliação e supressão de roteiros, estabelecimento de locais de parada para o embarque e o desembarque de alunos;
- 6.6.** O CONTRATANTE poderá alterar os itinerários, trajetos e horários, objetos desta cláusula, bem como acrescentar ou diminuir a quilometragem, através de termo aditivo, sempre que achar necessário e conveniente, devendo vigorar após anúncio com antecedência mínima de 15 (quinze) dias;
- 6.7.** Quando necessário e desde que previamente solicitado em até 48 (quarenta e oito) horas, o serviço será prestado nas reposições de aulas, reforço/recuperação escolar, nos recessos escolares, ou na ocorrência de atividades extracurriculares e viagens extras que as Escolas/Colégios considerarem como suplemento do ano letivo, não havendo acréscimo do preço contratado;
- 6.8.** A Contratada deverá comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data do serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 6.9.** A Contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 6.10.** No serviço deverão estar incluídas todas as despesas de descolamento e transporte;
- 6.11. Garantia, manutenção e assistência técnica:**
- 6.11.1.** O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 7.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



- 7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização:

- 7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica (quando for o caso):

- 7.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI).
- 7.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));
- 7.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));
- 7.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).
- 7.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).
- 7.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa:



7.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

Gestor do Contrato:

7.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço ou de compra, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

7.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).

7.11. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

7.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).

7.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

7.14. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

7.15. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).



8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8.1. Recebimento do Objeto

- 8.1.1.** Os produtos/serviços serão recebidos no local indicado pela secretaria, constante na ordem de compra e/ou serviço, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 8.1.2.** Os bens e/ou serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 8.1.3.** O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 8.1.4.** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.2. Da liquidação:

- 8.2.1.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º [da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).
- 8.2.2.** O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.2.3.** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
 - a) O prazo de validade, quando for o caso;
 - b) A data da emissão;
 - c) Os dados do contrato e do órgão contratante;
 - d) O período respectivo de execução do contrato;
 - e) O valor a pagar; e
 - f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 8.2.4.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;



- 8.2.5.** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.2.6.** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 8.2.7.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 8.2.8.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 8.2.9.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 8.2.10.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.3. Forma de pagamento:

- 8.3.1.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária na agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 8.3.2.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem de serviço para pagamento.
- 8.3.3.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 8.3.4.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 8.3.5.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento

8.4. Prazo para pagamento:

- 8.4.1.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária na agência e conta corrente indicados pelo contratado.



- 8.4.2. O pagamento será efetivado em até 10 (dez dias) úteis, a contar da liquidação da despesa, nos termos do inciso II do art. 7º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.
- 8.4.3. A Administração Municipal poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Contratada, nos termos do § 4º do art. 8º Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.
- 8.4.4. Nenhuma liquidação ou pagamento será efetuado enquanto a empresa estiver pendente de qualquer obrigação financeira e/ou documental, devendo apresentar juntamente com a fatura as certidões negativas relativas aos Tributos Federais, Estaduais, Municipais, Trabalhistas e FGTS, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de compensação financeira por atraso de pagamento, conforme disposto no art. 8º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

9.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 9.1.1. O fornecedor deverá ser selecionado por meio da realização de procedimento de PREGÃO SRP, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

9.2. Forma de fornecimento

- 9.2.1. O fornecimento do objeto será parcelado.

9.3. Exigências de habilitação

- 9.3.1. Considerando o objeto da licitação, sugerimos para previsão do futuro Instrumento Convocatório, além da documentação de Habilitação Jurídica, Fiscal e Econômica e Financeira, as seguintes exigências de qualificação técnica:

- I. Comprovação de aptidão para o fornecimento em características, quantidades e prazos, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que a empresa fornece ou forneceu, satisfatoriamente, materiais/serviços compatíveis com aqueles constantes desta licitação.

10. DA REFERÊNCIA DE PREÇO DE MERCADO ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO DO OBJETO

MÉTODO DE PESQUISA: Informamos que a pesquisa de preços foi realizada na plataforma Banco de Preços (<https://bancodeprecos.gov.br/>). Caber frisar que este tipo de cotação está amparado pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 065/2021. Ressalta-se ainda que a metodologia utilizada para obtenção dos valores de mercado foi a disposta no inciso III, Art. 5º, da referida Instrução, conforme abaixo:

“Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

(...)



III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso”.

10.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 6.281.442,20 (Seis Milhões Duzentos E Oitenta E Um Mil Quatrocentos E Quarenta E Dois Reais E Vinte Centavos), conforme custos unitários apostos na tabela do item 3 deste termo.

11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas para atender a esta demanda estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Secretaria Municipal de Educação para o exercício de 2025:

0901 Secretaria Municipal de Educação

12 361 0019 2.059 – Manutenção Programa Transporte Escolar PNATE/FNDE

12 361 0019 2.056 – Manutenção Programa Transporte Escolar

12 361 0019 2.065 – Manutenção Programa Estadual Transporte Escolar PETE/SEDUC 33.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica

33.90.39.98 -Transporte Escolar PJ

Fonte: 15530000 – Transferência de recurso do PNATE

Fonte: 15710000 - Transf. de Convênio/Estado/Educação

Fonte: 15001001 - Receitas de Imp. e Transf. Educação

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. A CONTRATADA deverá arcar com as despesas relativas a combustível, troca de óleo, lubrificantes e demais suprimentos, bem como de lavagem de veículos, necessários ao fiel cumprimento do objeto do contrato.

12.2. A CONTRATADA responsabilizar-se-á por qualquer dano causado a terceiros provenientes de imprudência, negligência ou imperícia, causado por omissão de quem esteja em serviço durante a realização do transporte escolar.

12.3. A execução do contrato deverá ser prestada rigorosamente dentro das especificações estabelecidas contratualmente, sendo que a inobservância destas condições implicará recusa, com aplicação das penalidades previstas no instrumento contratual e em lei.

12.4. A CONTRATADA responsabilizar-se-á pelos encargos trabalhistas, inclusive no que tange ao seguro de acidente de trabalho, desligamento, hora extra, diárias ou quaisquer despesas com alimentação e locomoção, previdenciárias e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme preceitua o Art. 71, § 1º da Lei nº 8.666/1993.

12.5. A CONTRATADA deverá garantir a segurança dos estudantes transportados, mantendo os veículos em perfeitas condições de uso e de conservação, de higiene e conforto dos usuários, contendo todos os equipamentos de segurança (cinto de segurança, extintores e outros).



- 12.6.** É expressamente proibido o ingresso, a permanência e o transporte de pessoas estranhas, bem como o transporte ou acondicionamento de cargas, sendo a CONTRATADA responsável por quaisquer danos causados aos alunos na execução do transporte escolar.
- 12.7.** É obrigação dos empregados da CONTRATADA tratar com cortesia e urbanidade os estudantes e cumprir o horário, trajeto e itinerário fixados no Anexo I deste Termo de Referência.
- 12.8.** A CONTRATADA obriga-se a substituir o(s) veículo(s) quebrado(s) ou defeituoso (s) por outro(s) de igual porte ou superior, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, comunicando imediatamente o Fiscal do contrato.
- 12.9.** Em caso de substituição do(s) veículo(s), a CONTRATADA obriga-se a informar e a encaminhar à CONTRATANTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, os documentos referentes ao novo veículo a ser utilizado, providenciando imediatamente meios compatíveis para a complementação do traslado interrompido.
- 12.10.** Na proposta de preço por quilômetros rodados, deverão estar inclusos todos os gastos relativos à viagem, tais como: combustíveis, manutenção, seguros, taxas, impostos e outros que resultarem do fiel cumprimento do contrato.
- 12.11.** Durante o período de transporte dos alunos nos horários estipulados no Anexo I deste Termo de Referência, os veículos deverão ser de uso exclusivo da CONTRATANTE, sendo vedado o seu uso para outros fins.
- 12.12.** A CONTRATADA deverá apresentar declaração indicando que os condutores dos veículos do transporte escolar atendem aos requisitos do Art. 329 da Lei nº 9.503/1997:
- 12.12.1.1.** Art. 329. Os condutores dos veículos de que tratam os arts. 135 e 136, para exercerem suas atividades, deverão apresentar, previamente, certidão negativa do registro de distribuição criminal relativamente aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, renovável a cada cinco anos, junto ao órgão responsável pela respectiva concessão ou autorização.
- 12.13.** A CONTRATADA obriga-se a respeitar o limite de ocupação/lotação (passageiros sentados) dos veículos (conforme especificado no Anexo I deste Termo de Referência), observando o número de alunos a serem transportados.
- 12.14.** É obrigação da CONTRATADA disponibilizar veículos adequados para o atendimento de alunos com necessidades especiais, nos termos do Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004.
- 12.15.** A CONTRATADA deverá comunicar a CONTRATANTE quanto à existência de ações trabalhistas, decorrentes da execução do contrato que direta ou indiretamente responsabilizem a CONTRATANTE em seus processos.
- 12.16.** A CONTRATADA deverá reconhecer que é a única e exclusiva responsável por danos ou prejuízos que vier a causar à CONTRATANTE ou a coisa, propriedade ou pessoa de terceiros, em decorrência da execução do objeto contratual, assim como por danos advindos de qualquer comportamento de seus empregados em serviço, correndo às suas expensas os ressarcimentos ou indenizações que tais danos ou prejuízos possam causar, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.
- 12.17.** Não executar qualquer alteração ou acréscimo nos fornecimentos contratados sem autorização



escrita da CONTRATANTE.

- 12.18.** A CONTRATADA deverá manter durante a vigência do contrato todas as obrigações assumidas, bem como manter todas as condições e qualificações exigidas na sua contratação.
- 12.19.** Observar no local da prestação de serviços a correta apresentação dos empregados e/ou prepostos, os quais deverão estar devidamente instruídos quanto às suas funções e responsabilidades, exigindo-se ainda deles que tratem com urbanidade e cortesia o público, usuário e empregados da CONTRATANTE.
- 12.20.** Assegurar para que a execução dos serviços seja feita de maneira segura em relação aos empregados da CONTRATANTE, usuários e terceiros, tomando as precauções necessárias (avisos, interdição de áreas, etc.).
- 12.21.** Zelar pela boa e completa prestação dos serviços e facilitar a ampla ação da fiscalização, atendendo prontamente às observações e exigências que lhe forem apresentadas.
- 12.22.** A CONTRATADA obriga-se a manter absoluto sigilo quanto às informações pertinentes aos serviços que deverão ser executados, vedada a sua divulgação sem permissão da CONTRATANTE.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 13.1.** Cumprir fielmente as exigências da Administração Municipal, naquilo que não contrariar o aqui previsto;
- 13.2.** Manter os seus empregados sujeitos às normas disciplinares da Administração Municipal, porém sem qualquer vínculo empregatício com o órgão;
- 13.3.** Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da Administração Municipal;
- 13.4.** Responder pelos danos causados diretamente à Administração Municipal ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante;
- 13.5.** Responder, ainda, por quaisquer danos causados diretamente a bens de propriedade da Administração Municipal quando esses tenham sido ocasionados por seus empregados durante a execução do contrato;
- 13.6.** Efetuar os serviços/fornecimentos, objeto da Autorização/Requisição/Ordem de Serviço/Fornecimento, de acordo com as necessidades da(s) Unidade(s) Requisitante(s), após o recebimento de requisições expedidas pelo Setor competente;
- 13.7.** Comunicar ao Setor competente por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;
- 13.8.** Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na ocasião da contratação;
- 13.9.** A CONTRATADA se responsabiliza por todas as despesas decorrentes do objeto deste Termo de Referência, tais como salários, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas, comerciais, seguros de acidentes, tributos, indenizações, vale-transporte, vale-refeição e outros benefícios exigidos. A inadiplência



da CONTRATADA para com estes encargos, não transfere a CONTRATANTE à responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato;

13.10. Acatar todas as orientações da CONTRATANTE, emanadas pelo fiscal do contrato, sujeitando-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

13.11. Utilizar materiais solicitados neste termo de primeira qualidade, observando o registro nos órgãos competentes e o prazo de validade, sendo vedada a utilização de produtos com alterações de características, ainda que dentro do prazo de validade;

13.12. Cumprir fielmente todas as disposições deste Termo de Referência, bem como as disposições contratuais, as quais farão parte indivisível das obrigações da Contratada.

13.13. Exigir a substituição de veículo(s) que não atendam ao padrão do transporte escolar, e notificar a CONTRATADA sobre comportamento inadequado, inconveniente ou incompatível de seus empregados na execução do contrato, exigindo o afastamento e a substituição imediata dos mesmos.

14. DA FISCALIZAÇÃO

14.1. A fiscalização e acompanhamento da execução do(s) futuro(s) Contrato(s), decorrentes da licitação, será realizada por servidor a ser designado futuramente por meio de portaria ou decreto pela autoridade competente, observando-se as disposições contidas no artigo 117 da Lei 14.133/21.

14.2. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA** por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

15. DAS PENALIDADES

15.1. A empresa que se recusar a executar o fornecimento do objeto contratual, ou realizá-los em discordância com as condições e especificações estabelecidas no Termo de Referência, motivará a rescisão contratual e aplicação das penalidades previstas nos artigos 156 ao 163 da Lei 14.133/21, cabendo defesa prévia, recurso e vistas do processo, nos termos da mesma lei.

Capanema/PA, em 01 de abril de 2025.


Waleylene Cardoso Costa
Secretária Municipal de Educação
Decreto nº 0280/2025